



# PROJETO CALHA NORTE — IMPORTÂNCIA PARA A AMAZÔNIA E REFLEXOS NA SEGURANÇA NACIONAL

Evandro Bartholomei Vidal

---

Matéria extraída de monografia redigida, pelo autor, como exigência curricular para obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos Militares, em 1991.

Aborda a concepção e a implementação do Projeto Calha Norte, desmistificando conceitos perversamente difundidos.

---

*"A Amazônia não é um inferno verde nem um paraíso perdido mas, sim, uma vasta área onde toda uma geração espera ansiosa e confiante o esplendente alvorecer de um amanhã fecundo, diferente e promissor. É tempo, na verdade, de o homem comandar a vida na Amazônia, deixando de escravizar-se ao rio, como secularmente vêm acontecendo. É tempo de findar aquela extrema anomalia, tão decantada no passado de que o homem, na selva, vivendo da exploração florestal, pelo isolamento insuperado, trabalha para escravizar-se. É tempo de mudarmos essa imagem. O que queremos é uma Amazônia integrada, mas para sempre brasileira."*

Gen Rodrigo Octavio Jordão Ramos



## **INTRODUÇÃO**

**A** Amazônia Legal Brasileira possui 5 milhões de km<sup>2</sup>, 57% do território nacional.

De fisiografia grandiosa e selva-gem, sua ocupação e desenvolvimento são um desafio.

Integrá-la definitivamente ao contexto nacional tem sido buscado ao longo de gerações. Porém, tudo o que se fez até então foi insuficiente para preencher seu grande vazio demográfico, fortificá-la economicamente, e resistir à cobiça internacional.

No seu contexto, sobressai a área ao norte da calha dos rios Solimões e Amazonas, pela extensa faixa de fronteira que abarca, pelo isolamento que lhe proporcionam os rios que a delimitam ao sul, pela exagerada pretensão de povos indígenas que a habitam e pelas dificuldades que a fisiografia lhe impõem às comunicações.

O "Projeto Calha Norte", envolvendo, principalmente, o antigo Ministério do Interior, o Ministério das Relações Exteriores e as Forças Armadas, mostra o caminho seguro e sem retorno para se alcançar, na área, os objetivos impostos pela geopolítica brasileira.

Partindo do levantamento das necessidades fundamentais e imediatas da região, foi estabelecido um conjunto de projetos especiais que buscam atender às necessidades regionais básicas, promovendo seu desenvolvimento socio-econômico e sua integração ao restante do País.

Os objetivos de cada um deles, aliados à estratégia da ação governamental para sua execução, revelam a importância do Calha Norte para a Amazônia e a segurança nacional, porquanto visa a promover desenvolvimento, em paralelo à conquista e manutenção dos objetivos nacionais permanentes na região.

## **CARACTERIZAÇÃO SINTÉTICA DA ÁREA ABARCADA PELO PROJETO**

A área abarcada pelo Projeto Calha Norte situa-se na parte mais setentrional do País. Com terras em ambos os hemisférios, corresponde a 14% do território Nacional.

Não efetivamente integrada no contexto nacional, devido às grandes dificuldades impostas pelo meio ambiente, e praticamente inexplorada, ela abriga 1,2% da população nacional, distribuídos irregularmente e concentrados nas capitais dos Estados, com uma extensa faixa de fronteiras virtualmente habitada por indígenas.

Distante dos centros de poder e desenvolvimento do País, conta com apenas um grande pólo de desenvolvimento político-sócio-econômico, em Manaus (AM), e dois menores, em Macapá (AP) e Boa Vista (RR).

Esse afastamento mais se acentua pelo obstáculo natural da calha dos rios Solimões e Amazonas que tende a dissociá-la do restante do território brasileiro. Ao norte da área, verifica-se uma continuidade territorial que, se por



um lado induz aproximação natural e desejável com os países limítrofes, por outro permite fácil acesso aos agentes do comércio e de atividades ilegais, como o narcotráfico, a guerrilha e o contrabando.

Seu solo é fraco, dependente da cobertura vegetal e sujeito à erosão e rápida perda de nutrientes. Inversamente, seu subsolo é extremamente rico em recursos minerais, despertando cobiça de diversas entidades e países.

Carente de vias de comunicação terrestre — as poucas existentes são totalmente dependentes das condições climáticas — é carente, também, de recursos sociais básicos, principalmente de saneamento, educação e saúde.

Existem, ainda, problemas decorrentes de conflitos entre índios, posseiros, gerimpeiros e empresas de mineração, enquanto a continuidade territorial com países vizinhos permite que problemas de litígio entre eles tenham reflexos na região.

## **INGERÊNCIAS EXTERNAS**

No século passado, ocorreu a primeira tentativa de ingerência, durante a Guerra dos Cabanos (1835-1840), quando Inglaterra, França e Estados Unidos propuseram, aos revoltosos, a separação da Amazônia do restante do Reino, sob pretexto de protegerem a região e seus habitantes.

Em 1849, o chefe do Observatório Naval de Washington, Mathew Maury, publicou um artigo em que desenvolveu teoria segundo a qual o Golfo do

México e a Amazônia fazem parte de um mesmo complexo geográfico e, conseqüentemente, o Amazonas seria uma extensão do Mississipi. Com base nessa teoria, mais tarde foi proposta a criação da República Amazônica, para abrigar os negros americanos recém-libertados.

No final do século, foi criado, em Nova Iorque, o *Bolivian Syndicate*, que negociou um contrato com o governo da Bolívia para ocupar a região do, hoje, Estado do Acre, em litígio entre o Brasil e a Bolívia, desde 1867, e quase provocou uma guerra entre os dois países.

Outra tentativa de locupletação da área ocorreu na última metade do século passado, a pretexto de redistribuir a população mundial. Tratava-se de plano japonês, pelo qual a Amazônia receberia os excedentes populacionais do mundo.

Em 1948, a Unesco planejou o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, cujo objetivo era a desapropriação da Amazônia. Concedia atribuições executivas a uma entidade internacional, criava imunidade para pessoas e bens, e retirava toda e qualquer jurisdição territorial do Brasil. A iniciativa agradou a tal ponto as nações estrangeiras, que as autoridades brasileiras no exterior passaram a ser inquiridas sobre as áreas que os países interessados poderiam dispor para “exploração comercial e colonização”.

Nos anos 60, o Instituto Hudson elaborou o Projeto dos Grandes Lagos, ou Plano de Mar Mediterrâneo Amazônico, que previa a construção de sete grandes lagos na Amazônia continen-



al, com o objetivo oficial de facilitar a navegação fluvial do Brasil com os outros países amazônicos. Segundo Robert Panero, técnico do instituto americano, eles serviriam de ligação entre as bacias dos rios e melhorariam o potencial de navegação dessas bacias, provendo um grande número de subprodutos estimuladores do desenvolvimento regional. Algo semelhante seria construído em Chocó, na Colômbia, misto de hidrelétrica e sistema de vias navegáveis, autêntica variante para utilização, pelos EUA, do Canal de Panamá, pois os dois lados seriam ligados, por canais, aos oceanos. Cidades como Santarém, Parintins, Itacoatiara, Óbidos, Maués e Manaus, dentre outras, ficariam submersas.

Era mais uma tentativa negativa de intervenção estrangeira, na Amazônia brasileira e na colombiana, em flagrante desrespeito aos princípios de autodeterminação, da independência nacional e da soberania, que devem reger as relações internacionais dos Estados.

Recentemente, o governo francês propôs criar uma estrutura supranacional de defesa do meio-ambiente que, apoiada na estranha tese da "soberania compartilhada", teria o direito de intervir em nossos assuntos internos.

Há, ainda, a conhecida atuação do Conselho Mundial de Igrejas Cristãs que, em suas diretrizes, afirma claramente, ao referir-se à Amazônia e à população que a habita: "...são patrimônio da humanidade e não patrimônio dos países cujos territórios, pretensamente, dizem lhes pertencer".

Atualmente, as tentativas de ingerência na Amazônia apóiam-se na ecologia. O "choro ecológico" esconde a tutela internacional. Em 1987, por exemplo, foi detectada uma expedição científica na Amazônia, patrocinada pela Unesco, com a presença de cubanos, realizando levantamento aéreo das obras do Projeto Calha Norte. Existem programas de preservação ambiental, sob supervisão internacional, com outros interesses que não ambientais, mascarados de pesquisas que, nem sempre, respeitam a soberania nacional.

## O PROJETO CALHA NORTE

### Concepção

Em 1985, após avaliação político-estratégica da região, foi determinada a realização de estudos aprofundados que permitissem estabelecer medidas destinadas a enfrentar as carências mais sérias da área e a assegurar a soberania e a integridade do território nacional, ao norte da calha dos rios Solimões e Amazonas (esboço nº 1).

Considerou-se necessária uma ação de governo para dar partida à efetiva incorporação da área ao processo de desenvolvimento nacional, estimulando sua integração com as demais regiões do País e, de forma equilibrada, sua aproximação com países vizinhos.

Em maio de 1985, a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional iniciou os estudos da região.



## PROJETO CALHA NORTE — IMPORTÂNCIA PARA A AMAZÔNIA E REFLEXOS NA SEGURANÇA NACIONAL



Esboço n.º 01: Região ao Norte dos Rios Solimões e Amazonas

Após análise detalhada de características geográficas, demográficas, ecológicas, psicossociais, econômicas e militares, ficaram evidenciados os aspectos capazes de constituir ameaça à soberania e integridade nacionais.

Os estudos consideraram ainda que:

- a integração dessa região geoeconômica ao resto do País poderia assegurar um nível adequado de relacionamento com os vizinhos, por meio dos canais de cooperação técnica, econômica, comercial e cultural. Como decorrência, o Brasil poderia surgir como opção confiável e fraterna para o desenvolvimento recíproco;

- um planejamento abrangente de médio e longo prazo poderia, diferentemente de esforços isolados, direcionar a atuação governamental, juntamente com a iniciativa privada, no sen-

tido de promover-se desenvolvimento harmônico e adequado aos interesses nacionais.

Acolhendo proposta consubstanciada em exposição de motivos da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional,<sup>1</sup> o Presidente da República aprovou a constituição de um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para estabelecer um Plano de Ação Governamental para a região, voltado para os objetivos do desenvolvimento da área e da segurança nacional.

O GTI, coordenado pela Seplan, foi integrado por representantes dos Ministérios das Relações Exteriores e do Interior e da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, con-

<sup>1</sup> Exposição de Motivos n.º 018, de 19.06.85.

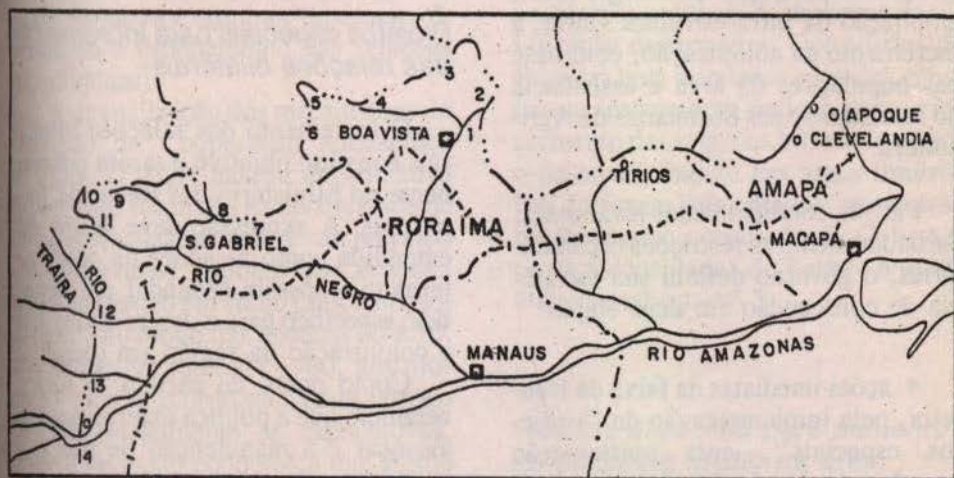


tando com efetiva participação dos Ministérios Militares e o da Fazenda.

O exame da realidade regional levou o GTI a identificar três espaços diferenciados para abordagem: a faixa de fronteira, entre Tabatinga (AM) e Oiapoque (AP), com 150 km de largura; a orla ribeirinha dos rios Solimões e Amazonas e seus principais afluentes e o espaço circunscrito, constituído pelo núcleo interiorano.

O primeiro deles, a faixa de fronteira, foi eleito prioritário e preferencial para programação e ação imediata. Nessa faixa, que se confronta com

cinco países, ao longo de 6.500 km, foram selecionados seis trechos prioritários para atuação (esboço n.º 2): trecho noroeste de Roraima e norte do Estado do Amazonas, na fronteira com a Venezuela, onde se destaca a presença dos índios ianomâmis; trecho do Alto Rio Negro, a noroeste do Amazonas, na fronteira com a Venezuela e a Colômbia, conhecido como “Cabeça do Cachorro”; trecho ao norte e a leste de Roraima, na fronteira com a Venezuela e a Guiana; trecho do Alto Solimões e Alto Trafra, na fronteira oeste do Amazonas com a Colômbia;



- |                      |                     |
|----------------------|---------------------|
| 1 — Bonfim           | 8 — Cucuí           |
| 2 — Normandia        | 9 — São Joaquim     |
| 3 — Paracaima (BV-8) | 10 — Querari        |
| 4 — Erico            | 11 — Iauareté       |
| 5 — Aquarius         | 12 — B. Bittencourt |
| 6 — Surucucu         | 13 — Ipiranga       |
| 7 — Maturacá         | 14 — B. Constant    |

Esboço n.º 2: Áreas prioritizadas na faixa de fronteiras



trecho do Tumucumaque, na fronteira norte do Pará com o Suriname; e o trecho ao norte do Amapá, na fronteira com a Guiana Francesa.

O diagnóstico da região, realizado pelo GTI, identificou as seguintes necessidades fundamentais e imediatas: intensificação de relações bilaterais com países vizinhos, com destaque para trocas comerciais; aumento da presença brasileira na área, com base na ação pioneira das Forças Armadas; proteção e assistência às populações indígenas; intensificação das campanhas demarcatórias de fronteira; aceleração da produção de energia local; ampliação da infra-estrutura viária; e incremento da colonização, com base nas populações da área e assistência do Ministério e das Secretarias de Agricultura.

Face às condicionantes levantadas, particularmente as restrições orçamentárias, o governo definiu sua estratégia de consecução em duas etapas:

- ações imediatas na faixa de fronteira, pela implementação de “projetos especiais”, com participação coordenada dos órgãos federais e estaduais, para atendimento das necessidades fundamentais já vistas anteriormente;

- ações subseqüentes, envolvendo a área como um todo, definidas em programas e projetos compatíveis com as diretrizes gerais do Plano de Desenvolvimento da Amazônia.

## **Os Projetos Especiais**

O “Projeto Calha Norte”<sup>2</sup> é um planejamento integrado de ação governamental. Tem em vista, no seu todo, o desenvolvimento sócio-econômico da área considerada e sua conseqüente integração ao restante do País.

Os projetos especiais, a seguir detalhados, caracterizam as ações imediatas do governo no atendimento às necessidades básicas da área. Tiveram início em 1986, com previsão de conclusão no final de 1991.

### *Projetos especiais para incremento das relações bilaterais*

O incremento das relações bilaterais constitui objetivo e tarefa permanente do Ministério das Relações Exteriores. A expressão deve assim ser entendida como as ações na área externa que possam redundar em benefício específico para o desenvolvimento e colonização da região em causa.

Como ponto de partida, o maior benefício que a política externa poderá alcançar é a manutenção de paz e o incremento da compreensão mútua entre o Brasil e seus vizinhos.

A delimitação da fronteira, objeto de um projeto específico, é a atividade

---

<sup>2</sup> O termo “projeto” é inadequado, uma vez que o planejamento, como já vimos, envolve um conjunto de projetos especiais. Por uso, ficou, porém, a denominação inicial, criada quando não se conhecia, ainda, a amplitude das ações necessárias e dos recursos econômicos envolvidos.



de maior relevo, e está apoiada nas relações bilaterais. Entretanto, outras atividades a cargo do Itamarati estão sendo desenvolvidas, no âmbito do Projeto Calha Norte e em seu benefício, como listado a seguir:

- revisão da atual legislação do comércio fronteiriço. A legislação em vigor, particularmente a que regulamenta o comércio de pequena monta na região fronteiriça, é bastante complexa e burocratizada;

- incremento das atividades de cooperação técnica. Pode-se constituir em "ponta de lança" para exportação de bens e serviços, estabelecimento de *joint-ventures* e em fator de desenvolvimento e ordenamento das relações econômicas;

- revitalização dos mecanismos do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA). O TCA nasceu de iniciativa brasileira, inspirada na necessidade de institucionalizar e orientar um processo de cooperação regional que se vinha desenvolvendo em ritmo crescente, sobretudo ao longo das décadas 60 e 70. Assinado em julho de 1980, nos últimos anos o acordo não pôde corresponder plenamente às expectativas, face à recessão econômica que afetou a todos os países membros. No entanto, constitui o único mecanismo para a consecução de determinados objetivos desenvolvimentistas na Amazônia;

- cooperação internacional no combate ao narcotráfico. Plantação, colheita, refino e comercialização do epadú e da coca constituem atividades ilegais em expansão, principalmente na fronteira noroeste. Torna-se fundamental a alocação de recursos adicio-

nais para as operações conjuntas de erradicação das plantações, a serem realizadas com nossos vizinhos;

- retomada de estudos para novas ligações rodoviárias. Diz respeito a acordos já realizados com a Guiana, para construção da ponte ligando Bonfim (RR) e Lethen (Guiana), e da rodovia a partir daí até Mabura Hill, no país vizinho. A concretização dessas obras permitirá melhor integração da região fronteiriça dos dois países e viabilizará escoamento rodoviário de valor estratégico em direção ao Caribe;

- reforço da rede consular de fronteira. Visa a evitar, no nascedouro, problemas políticos decorrentes da vivificação da fronteira. Consulados de fronteira bem instalados e lotados constituem instrumento valioso para o incremento das relações bilaterais e para o desenvolvimento das áreas limítrofes. Já foram implantados, nessa fase do Projeto, o consulado de Cafena e os vice-consulados de Letícia e Santa Helena (esboço n.º 3).

### *Projetos especiais para aumento de presença militar na área*

O objetivo é fortalecer a Expressão Militar do Poder Nacional na faixa de fronteiras e em suas vias de acesso, cabendo: à Marinha do Brasil, intensificar atividades relativas à segurança da navegação, controle de embarcações e seu policiamento, bem como serviços de patrulha fluvial; ao Exército Brasileiro, a ocupação física dos pontos sensíveis na faixa de fronteira, vi-



## PROJETO CALHA NORTE — IMPORTÂNCIA PARA A AMAZÔNIA E REFLEXOS NA SEGURANÇA NACIONAL



Esboço nº 3: Rede Consular na Região

giando e guardando as vias naturais de acesso ao território nacional; e, à Força Aérea Brasileira, a manutenção de uma infra-estrutura aeronáutica que possibilite o adequado apoio e a preservação da soberania do espaço aéreo, nos pontos sensíveis de interesse na faixa de fronteira.

Complementarmente, as Forças Armadas, pela peculiaridade capilar de sua organização e articulação, deverão contribuir para a vivificação da faixa de fronteiras e para o desenvolvimento da área, apoiando, logisticamente, os órgãos federais e estaduais na execução das ações de governo, particularmente nos setores da educação, saúde, transporte e telecomunicações.

A presença militar, ajustada à estrutura nacional e fiel à sua vocação de solidariedade, tem tradicionalmente estimulado atividades educacionais e econômicas, prestado assistência de saúde

à população local, integrando os silvícolas à comunidade nacional, inibindo o trânsito ilegal de estrangeiros, o narcotráfico e a evasão de riquezas, e implementando uma infra-estrutura viária. Tudo isso respaldando atividades de colonização, tão necessárias às faixas fronteiriças.

Para apoiar a implementação e o acompanhamento dos diversos projetos especiais, foram destinados recursos à Marinha para melhoria dos pontos de apoio na região.

Para que o Exército se faça presente na faixa de fronteira, atendendo eficientemente aos objetivos propostos para o Projeto, foi necessária uma reestruturação da força terrestre na área, com a criação de unidades de fronteira, e a reorganização, articulação e equipamento de comandos militares.

Finalmente, a Aeronáutica, através da implantação de pontos de irradiação



de apoio aéreo, vem atendendo a todo o transporte de pessoal, material e equipamento de interesse dos projetos. Executa, ainda, construção, melhoria e ampliação de aeródromos do interesse do sistema de proteção ao voo, para apoio às organizações militares da fronteira e à Funai.

*Projeto especial para o incremento das ações da Funai na faixa de fronteira*

Tem por objetivos fortalecer a estrutura operacional da Funai e promover estudos e demarcações de áreas, a fim de viabilizar e efetivar suas ações junto às comunidades indígenas na faixa de fronteiras.

No desempenho de sua política indigenista, a atuação da Funai, a partir de uma experiência de campo, intensificada através da presença permanente na área, fundamenta-se, sobretudo, nas reservas que demandam tratamentos especiais, como a dos Ianomâmi.<sup>3</sup>

Tendo em vista a problemática indígena, foram selecionadas seis áreas prioritárias na faixa de fronteira, para atendimento pelo Projeto Calha Norte; área Ianomâmi (AM e RR), na fronteira com a Venezuela, com cerca de 10.000 índios; área de Roraima, fronteira com a Venezuela e Guiana, com

cerca de 15.000 índios; área do Alto Rio Negro, com aproximadamente 15.000 índios de diversas etnias, dispersos numa área que se inicia no rio Japurá, próximo de Vila Bitencourt, fronteira com a Colômbia, e se estende até o Rio Cauabaris, fronteira com a Venezuela; área do Alto Solimões (AM), fronteira com a Colômbia, também com, aproximadamente, 15.000 índios; áreas do Amapá (AP), fronteira com a Guiana Francesa, e do Tumucumaque (PA), fronteira com o Suriname, abrigando, em conjunto, 3.500 índios.

Nessas áreas estão sendo efetivadas, pela Funai, dentre outras, as seguintes ações: reformas, manutenção e construção de novos postos indígenas; melhoria, ampliação e construção de novos campos de pouso; aquisição de equipamento e material permanente para funcionamento dos postos indígenas; projetos de desenvolvimento comunitário e de incentivo ao artesanato; e estudos, demarcações e delimitações das terras indígenas.

A sistemática das delimitações precisava estar inserida num contexto que buscasse o bem-estar das comunidades indígenas e não que satisfizesse, apenas, aos falsos líderes e prepostos. Assim nasceram as colônias e áreas indígenas que, além de se preocuparem com a proteção oferecida pelas demarcações, demonstram a solicitude do governo brasileiro para com os índios, particularmente quanto a saúde, educação e abastecimento de gêneros de primeira necessidade.

<sup>3</sup> É importante notar que nossa fronteira norte abriga em grande trecho inúmeros e dispersos grupos indígenas, tornando difícil qualquer atuação governamental na área sem a efetiva participação da Funai.



*Projeto especial para intensificação  
das campanhas de recuperação  
dos marcos limítrofes*

Resultado de negociações diplomáticas, o território nacional apresenta contornos definidos com todos os vizinhos. Existe, porém, séria deficiência no que diz respeito ao adensamento de marcos para caracterizar as fronteiras.

Prolongamento do trabalho diplomático, demarcar fronteiras representa atribuição da maior importância. Visa a proteger e resguardar a soberania e a segurança nacionais. A demarcação e a caracterização das fronteiras devem, porém, ser realizadas em bases bilaterais e, para isso, constituíram-se comissões mistas, que atuam de forma continuada e permanente na inspeção, caracterização e reconstrução de marcos fronteirícios.

O Projeto contribui, significativamente, para dotar as equipes brasileiras de demarcação de limites com equipamentos e recursos que permitam acompanhar o ritmo de trabalho acordado com as nações vizinhas, bem como possibilitar a adequada manutenção das sedes e subsedes das comissões demarcadoras.

*Projeto especial para ampliação da  
infra-estrutura viária*

Incorporada a partir de 1987 ao Calha Norte, tem por finalidade ampliar, de forma racional, a infra-estrutura viária da região.

Para isso, considerou-se a interação da hidrografia com o relevo. Ele de-

termina a característica marcante da Região Amazônica: domínio das terras baixas equatoriais florestadas, existência de tabuleiros e baixos platôs, tudo entremeado por vasta malha de rios de vários portes, todos tributários do Solimões/Amazonas.

*Projetos especiais para ampliação  
da oferta de recursos sociais  
básicos*

Mais recente categoria de projetos especiais, resultou da participação de diferentes órgãos governamentais<sup>4</sup> e decorreu da motivação criada pela regulamentação do inciso I, do Artigo nº 17, do Estatuto do Índio, que implantou as colônias e áreas indígenas. Esse programa, originário do projeto-piloto Tabatinga, aproveita a peculiaridade capilar das Forças Armadas para apoio a projetos em regiões distantes e carentes do território nacional.<sup>5</sup>

**Resultados já Obtidos nos  
Diversos Projetos Especiais**

Os trabalhos implementados em cada projeto especial resultaram num

4. Ministérios da Agricultura, da Previdência Social, da Saúde, da Educação e do Exército, Gabinete Civil da Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, governos do Amazonas, Pará, Roraima e Amapá, e municípios da região.

5. Para que se avalie a importância atribuída, pelo governo, à ampliação da oferta de recursos básicos, basta citar que 40% dos recursos alocados para o Calha Norte estão destinados a essa categoria de projeto.



conjunto de ações que, além de aumentar as perspectivas de desenvolvimento social, econômico e cultural, criou condições de progresso e bem-estar necessárias à permanência do homem em sua área de origem.

Além de alguns resultados, atrás descritos, outros foram conseguidos nos últimos cinco anos, conforme explicitado a seguir.

### *Área das relações bilaterais*

Foi construída a Via da Amizade, uma avenida de dupla via, com 3,5 km de extensão, ligando Tabatinga (AM) a Letícia (Colômbia).

Tendo como base os programas e trabalhos acordados em onze conferências e nove reuniões técnicas realizadas pelas comissões mistas, foram construídos, no período 86/89, particularmente na fronteira com a Venezuela e a Colômbia, 547 novos marcos fronteiriços.

### *Área de aumento da presença militar*

A presença militar na faixa de fronteira cumpre a finalidade constitucional das Forças Armadas. Complementarmente, no caso do Projeto Calha Norte, constitui, ainda, importante pólo catalisador de fixação de populações, em função da sua capacidade de apoio logístico e de prestação de serviços sociais básicos nos mais recônditos ermos da nossa fronteira.

No setor do Exército, assinalam-se construções de pavilhões destinados a terceiros, nos aquartelamentos das organizações militares da região. Esses pavilhões destinam-se a abrigar órgãos governamentais que devem estar presentes na área<sup>6</sup> e que, através da assinatura de convênio com o Ministério de Exército, podem contar com as facilidades de apoio necessárias ao exercício de suas atividades, enquanto as localidades não tiverem estrutura política, econômica e administrativa de suporte adequada. Assinala-se, ainda, a conclusão de obras de aquartelamento e a conseqüente ativação de batalhões e pelotões especiais de fronteiras.

No setor da Aeronáutica, o Projeto Calha Norte, utilizando a experiência da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (Comara), construiu, ampliou e asfaltou mais de 20 pistas de pousos essenciais à continuidade do apoio logístico a ser prestado na região.

Os pontos de apoio, a segurança da navegação, o controle das embarcações fluviais e seu policiamento constituíam as grandes deficiências da área do Projeto Calha Norte.

Assim, a Marinha efetivou a construção do *pier* da Base Naval de Val-de-Cães, a ligação definitiva do Cais da Estação Naval do Rio Negro, e a aquisição e entrada em operação de duas "agências flutuantes" e quatro embarcações rápidas, além da construção de uma lancha-patrolha e uma lancha balizadora.

6 Receita Federal, Polícia Federal, Cobal, agências e postos bancários, Ibama e outros.



Através de dois navios de assistência hospitalar, vêm sendo desenvolvidas ações de apoio médico e odontológico às populações ribeirinhas.

### ***Área dos transportes — ampliação da infra-estrutura viária***

Na infra-estrutura complementar, foram realizados investimentos na ligação Ipanorê-Urubuquara, em São Gabriel da Cachoeira, permitindo a integração ao transporte fluvial no rio Uaupés; na construção do trecho da BR-307, ligando São Gabriel da Cachoeira (AM) a Cucuí (AM); na conservação do trecho da BR-174, entre Caracará e Boa Vista; na conservação do trecho da BR-401, de Bonfim a Normandia; e em planejamento e estudos para a ligação Macapá—Tiriós, trecho das BR-210 e BR-163, aproveitando segmentos já construídos da Perimetral Norte.

### ***Área de oferta de recursos sociais básicos***

Nessa área, o Projeto Calha Norte já apresenta resultados bastante animadores, dentre os quais se destacam: construção de poços tubulares em Estirão do Equador (AM), Vila Bitencourt (AM), Ipiranga (AM), Palmeiras (AM) e São Gabriel da Cachoeira (AM); construção de uma unidade de distribuição de alimentos da Cobal em São Gabriel da Cachoeira (AM); construção e equipamento de centros de saúde nas áreas indígenas de Parí-Cachoeira (AM) e Içana no Rio Ne-

gro (AM); aquisição e entrada em operação de quatro barcas, como unidades volantes de saúde, para atendimento às comunidades isoladas do Alto Rio Negro; instalação de pessoal de saúde em diversas localidades da região; instalação de uma unidade mista de saúde, com 25 leitos, em Iauaretê (AM); instalação de uma unidade mista de saúde, com 50 leitos, em São Gabriel da Cachoeira (AM); fornecimento de uma farmácia básica, para cada 3.000 habitantes, com periodicidade semestral, para as unidades mistas e volantes de saúde da região; instalação de creches em diversas cidades; e realização, em todos os municípios, de campanhas de vacinação e erradiação de doenças endêmicas.

Ressalta-se, ainda, a ampliação e modernização das instalações do Hospital do Exército, em Tabatinga (AM), o que, face a convênios assinados com os Ministérios da Saúde e da Previdência e Assistência Social, e o Governo do Estado do Amazonas, aumenta significativamente a capacidade e a eficiência do atendimento médico-hospitalar das populações de toda a região do Alto Solimões.

Cabe, também, destacar, no setor ligado à educação, formação profissional e recursos humanos: a construção da Escola Agrotécnica de São Gabriel da Cachoeira (AM); a implantação do Colégio Agropecuário de Benjamim Constant (AM); a recuperação de mais de uma centena de salas de aula das redes de ensino escolares municipais; e a instalação de Centro de Treinamento Profissional, em Tabatinga (AM), para o aprendizado industrial.



### *Área de incremento das ações da Funai na faixa de fronteiras*

A problemática indígena tem recebido atenção constante e tratamento cuidadoso da parte do Governo Federal. Os fatos o demonstram.

Até 1984, o País possuía 91 áreas indígenas, em uma superfície demarcada de 12.118.840 hectares. De 1985 a 1987, essas áreas subiram para 100 e a superfície para 18.747.536 hectares. Com as ações de incremento e agilização instituídas pelo Projeto Calha Norte, temos hoje no Brasil 182 áreas e colônias indígenas delimitadas ou demarcadas, em uma superfície total de 30.283.273 hectares.

O resultado obtido é consequência de dois atos fundamentais definidos no Projeto. O primeiro, relaciona-se ao fortalecimento, na região, da estrutura operacional da Funai, e o segundo caracteriza-se pelos levantamentos fundiários realizados, que resultaram na criação de áreas e colônias indígenas.

No que concerne à estrutura da Funai, foram implantadas e efetivadas melhorias nas Superintendências Especiais e Administrações Regionais de Tabatinga (AM), São Gabriel da Cachoeira (AM) e Barcelos (AM).

Os levantamentos fundiários relacionados ao índio levaram à criação de 19 áreas indígenas na região dos índios Ianomâmi, em Roraima, num total de 2.435.215 hectares, para uma população de 9.910 índios.

Simultaneamente, outros estudos e levantamentos resultaram na criação de mais 16 áreas na região conhecida como "Cabeça do Cachorro", totali-

zando superfície de 2.630.000 hectares, para uma população de 23.620 índios.

Procedeu-se, também, à distribuição de medicamentos e equipamentos de saúde, além de reformas em enfermarias de postos indígenas, conjugadas à construção e reparação de salas de aula, bem como à implantação de projetos especiais nos setores da agricultura de subsistência, bovinocultura, caprinocultura, piscicultura e artesanato, nas colônias e áreas indígenas criadas.

Em estreita ligação com o Programa Nossa Natureza, dedicado ao meio ambiente, foram criadas, na área de atuação do Calha Norte, 13 florestas nacionais, abrangendo área de 8.565.485 hectares e, um parque nacional<sup>7</sup> com área de 100.000 hectares.

Essas florestas nacionais, basicamente unidades de conservação, resultado de ação integrada da Funai, Incra, Governos Estaduais e Ibama, justapostas às áreas indígenas, asseguram a interação pacífica das diferentes culturas regionais e, sobretudo, garantem a preservação de ecossistemas vitais ao equilíbrio ecológico da Amazônia.

### **Continuidade ao Projeto — Atos Recentes**

Recentemente, através de determinação presidencial, deu-se continuidade ao Projeto Calha Norte, acrescentando,

<sup>7</sup> Monte Roraima.



aos trabalhos programados, mais uma etapa de atividades, onde destacamos, como principais ações implementadas:

- delimitação da área da cidade de Tabatinga (AM), com a expansão do perímetro urbano, atendendo antiga aspiração da comunidade;

- criação de uma área de livre comércio em Tabatinga (AM), possibilitando, como um dos seus desdobramentos sócio-econômicos, a consolidação, a curto prazo, de um pólo turístico nessa região do Alto Solimões;

- assinatura de Protocolo de Intenções, entre o Estado do Amazonas e a União, objetivando a aquisição de 22 embarcações de apoio às populações da área;

- assinatura de convênio entre os Ministérios do Exército, da Previdência Social, da Saúde, o EMFA e o Governo do Amazonas, para ações de assistência à saúde das populações do Alto Solimões e Alto Rio Negro; e

- assinatura de 27 convênios da LBA com o Governo do Amazonas, Ministério do Exército e municípios da área, visando a consolidar e ampliar as ações dessa fundação junto às populações da fronteira setentrional. Visando à implantação de 41 unidades de atendimento social, entre as quais creches, centros de convivência para idosos, centros de apoio nutricional e de educação social, essa ação beneficia, diretamente, cerca de 200.000 pessoas, moradoras em 79 municípios da faixa de fronteira.

É preciso considerar, ainda, que a Lei Orçamentária para 1990 destinou, aos diversos Ministérios e órgãos Federais, com ações previstas no Pro-

jeto Calha Norte, recursos financeiros para a continuação dos trabalhos.

## **Ações Subseqüentes**

As ações a serem detalhadas pelos programas subseqüentes de desenvolvimento do Calha Norte deverão considerar as diferenciações sub-regionais, a exemplo da faixa de fronteira, do núcleo interiorano de terras firmes e das zonas ribeirinhas existentes.

Tais sub-regiões ou zonas poderão constituir subprogramas específicos, regidos pelos objetivos e diretrizes contidos no "Plano de Desenvolvimento da Amazônia".

No planejamento dessas ações, duas premissas básicas devem ser consideradas: o respeito às características e peculiaridades da sociedade e da cultura amazônica; e a utilização dos recursos naturais, obedecendo, simultaneamente, a que seu uso seja economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente correto.

Esses objetivos serão promovidos através das seguintes diretrizes gerais:

- definir a política de ocupação da Amazônia e de uso dos seus recursos naturais, com disciplinamento das atividades econômicas, e através de zoneamento territorial que compatibilize os objetivos sócio-econômicos com os aspectos ecológicos;

- intensificar a programação de ciência e tecnologia, reforçando a necessidade de ampla coordenação de todos os órgãos e segmentos de pesquisa em desenvolvimento na Amazônia, de forma a atrelar efetivamente a pesquisa



à ação planejadora e à sustentação do processo de ocupação regional, e a garantir o atendimento à demanda de conhecimentos originados da região;

- promover a implantação de atividades econômicas voltadas para a ampliação dos mercados interno e externo, através do racional aproveitamento dos recursos regionais;

- valorizar a cultura das sociedades indígenas, com o propósito de integrá-las progressiva e harmonicamente à comunhão nacional, estendendo-lhes a proteção das leis em igualdade de condições com todos os brasileiros, bem como assegurando-lhes os mecanismos de preservação, delimitação e demarcação de suas terras; e

- integrar as ações governamentais em todos os níveis (federal, estadual e municipal), e com as ações desenvolvidas por outros programas já em curso na região.

São essas as bases que deverão nortear a formulação e o ajustamento dos programas relativos ao Projeto, na execução da próxima etapa da política governamental para a região.

## ÓBICES AO PROJETO CALHA NORTE

Óbices são obstáculos, de toda ordem, que dificultam ou impedem a conquista e a manutenção de Objetivos Nacionais. Podem constituir *fatores adversos* ou *antagonismos*. Aqueles, destituídos de sentido contestatório, são geralmente decorrentes de causas naturais. Estes decorrem de

ação ou manifestação de atitude deliberada e contestatória, de origem volitiva.

Se o antagonismo dispuser de poder, isto é, se à vontade deliberada de se contrapor aos esforços da comunidade nacional se soma alguma capacidade de obter efeitos, qualifica-se como *pressão*.

Quando a pressão constitui ameaça ponderável atuando de forma significativa, com capacidade de dificultar ou impedir a conquista e manutenção de Objetivos Nacionais Permanentes, sua qualificação evolui para *pressão dominante*.

Podemos assinalar, como *fatores adversos*:

- a distância de mais de 3.500 km entre a região e o centro geoeconômico e político do Brasil, que acarreta grandes dificuldades de ligação;

- a interação homem-ambiente, hidrodependente, que favorece endemias e doenças típicas do trópico úmido;

- o excesso de áreas e sua difusão na região, que dificulta o isolamento físico e geográfico das questões. Por serem muito extensas e, em grande parte, localizadas em regiões de fronteira, podem criar implicações internacionais, passando o fator adverso a evoluir para nível de pressão, antagônica aos interesses brasileiros;

- a carência de recursos financeiros, fruto da grave crise econômica por que passa o País, que dificulta carrear verbas suficientes para melhor consecução dos diversos projetos especiais.

Quanto às *pressões*, ressaltam o contrabando, o narcotráfico, o governo



próprio em áreas indígenas e o ativismo preservacionista.

O contrabando traz descrença à autoridade do Estado, nos locais onde ocorre, além de negar a entrada de receita alfandegária para os cofres do Tesouro Nacional.

O narcotráfico impõe sua lei nos locais onde se cultiva, processa e comercializa a droga. É associado natural do estado de descumprimento da lei e da corrupção das autoridades que o aceitam ou toleram, de vontade própria ou sob coação do poder armado dos narcotraficantes. Se de parceria com os movimentos guerrilheiros dos países vizinhos, o óbice é muito agravado, pois cresce seu poder.

O governo próprio em áreas indígenas é uma permanente tentativa externa de internacionalizar partes da Amazônia, a começar pelos enclaves indígenas, utilizados pelas Organizações Não Governamentais (ONG) como “ponta-de-lança” na discussão das questões da Amazônia, certamente com, no mínimo, a complacência dos Governos onde estão sediadas. Há também certo apoio da mídia e de parte da comunidade artística e “intelectual” nacional, bem como de setores da Igreja e empresas multinacionais, o que contribui para fortificar o óbice.

Sob a idéia geral do ativismo preservacionista, congregam-se variados setores e indivíduos das sociedades nacional e internacional. Utilizando como bandeira os movimentos ecológicos e preservacionistas, conseguem influenciar parte da intelectualidade, e no modismo do comportamento de pessoas formadoras de opinião no Brasil. Há

uma natural mistura de interesses, onde a inocência e a pureza de certos idealistas é aproveitada para manter adormecido o potencial amazônico brasileiro. A corrosão psicossocial causada por essa pressão contribui, de modo direto, para reduzir a liberdade de ação na execução do “Projeto”, já que existe uma idéia preservacionista de quase intocabilidade dos recursos, porque isso danificaria, irreversivelmente, a flora e a fauna da Amazônia.

Como *pressões dominantes*, avultam as que objetivam a desnacionalização do brasileiro e a preservação radical da cultura indígena.

Há um movimento internacional difuso, sobre a internacionalização da Amazônia, abrangendo, em sua quase totalidade, áreas situadas ao norte dos rios Solimões e Amazonas. Nelas, os habitantes atuais deixariam de ser submetidos ao controle e ação do Estado brasileiro, sendo desnacionalizados.

O estabelecimento dessas “cabecas-de-ponte” políticas, se permitido, além de atentar contra a integridade e a soberania do patrimônio nacional, demandará grande esforço para sua eliminação, com provável recurso à guerra.

A preservação radical da cultura indígena é pressão muito semelhante à do ativismo preservacionista. Pode produzir efeitos perversos, via antropologia aplicada.

A partir dos enquistamentos antropológicos que pressões internacionais tentam impor ao País, será possível impor sanções globais ao Brasil, com respaldo num direito internacional que o coloque na condição de réu não pre-



servador de “grupos indígenas em extinção”. Essas ações externas, se efetivadas, irão perturbar a paz social e negar a soberania nacional brasileira.

## CONCLUSÃO

O Projeto Calha Norte, dentro da estratégia governamental concebida através de um planejamento globalizado, vem realizando significativas e benéficas transformações na área por ele abrangida, com reflexos positivos para toda a Região Amazônica.

Ele se fez necessário para que a região ao norte dos rios Solimões e Amazonas tenha possibilidade de atingir o mesmo nível de desenvolvimento social e econômico alcançado pelas demais regiões brasileiras.

Abandonando as soluções de problemas setoriais e localizados, foram levantadas, inicialmente, as necessidades fundamentais e imediatas de toda a região e, desse levantamento, decidiu-se pela implantação de projetos específicos e globais. Esses diferentes projetos, denominados “projetos especiais”, contemplam a Amazônia com medidas concretas que, além do profundo alcance social, estão criando condições para o desenvolvimento de toda a área.

O aumento da presença do Exército na faixa de fronteira, garantindo a integridade territorial e aumentando a vigilância, tornou-se um poderoso óbice à imigração ilegal, ao contrabando, ao narcotráfico e à ação de grupos guerrilheiros estrangeiros em território nacional.

Historicamente, unidades militares, principalmente do Exército, sempre serviram de pólos de irradiação de colonização e desenvolvimento. A reestruturação da Força Terrestre, imposta pelo projeto, incrementou a assistência às populações da área, estimulando o crescimento econômico e social.

O aumento da presença da Marinha e da Aeronáutica trouxe incremento do fluxo de navegação, maior assistência às populações ribeirinhas, otimização da infra-estrutura aeronáutica, aumento da capacidade de transporte aéreo, elementos necessários ao desenvolvimento regional, em medida compatível com as necessidades dos demais projetos e programas em andamento ou a serem iniciados.

A revitalização dos mecanismos do Tratado de Cooperação da Amazônia está permitindo alcançar objetivos que necessitam do esforço conjunto de todos os países da área. Como exemplo, citamos a busca da erradicação de moléstias de natureza endêmica como a malária.

As ações da Funai necessitavam, há muito, de uma redefinição de seus rumos, desorientada que estava no emaranhado de leis contraditórias. Coube ao projeto centralizar todas as ações do órgão, em benefício não só das populações indígenas, como da população branca. As demarcações das reservas indígenas, além de protegerem os silvícolas, liberam áreas para que o governo possa realizar, dentro do seu programa de reforma agrária, o assentamento de milhares de famílias de outras regiões, através de uma ocupação racional, reduzindo danos à



ecologia e permitindo a melhoria da qualidade de vida da população.

A ampliação da oferta de recursos sociais básicos, ao mesmo tempo que oferece melhoria acentuada à infraestrutura social, proporciona ampliação do mercado de trabalho. Assim, profissionais das mais diversas categorias e especialidades estão encontrando oportunidades de emprego e campo amplo e fértil para o desenvolvimento das suas atividades.

A maior aproximação entre governos estaduais se faz sentir na execução da maioria dos projetos especiais, os quais atingem os problemas comuns à região, independente dos limites interestaduais. Assim, os dividendos políticos advindos desses projetos acabam se refletindo em benefícios para toda a região, representados, de imediato, em maior aporte de recursos, maior cooperação técnica e liberação de canais burocráticos porventura existentes.

O incremento das relações com países vizinhos tem permitido dotar a região de uma legislação de comércio fronteiriço mais adequada, incrementando as trocas na faixa de fronteira e possibilitando maior acesso ao consumo. Esse incremento tem estimulado, também, a cooperação técnica, favorecendo a solução dos problemas comuns a todos os países da área, com economia de esforços.

A visão prospectiva e o modo objetivo e realista com que o "Projeto Calha Norte" está sendo conduzido, permite projetar um futuro extremamente promissor para a Amazônia e a certeza de que aquele espaço geográfico, em breve, será também um es-

paço econômico totalmente integrado ao contexto nacional.

O Projeto, através dos projetos especiais, propõe e executa diversas medidas, em todos os campos do poder nacional para eliminar ou minimizar uma série de vulnerabilidades existentes na área capazes de comprometer, de forma significativa, a segurança nacional.

Os projetos de aumento da presença militar na faixa da fronteira, demarcação das fronteiras e de delimitação das áreas indígenas têm proporcionado à Nação a garantia de integração de uma imensa porção do seu território, potencialmente rica em recursos naturais. Asseguram ainda a manutenção da integridade territorial.

O desenvolvimento levado à região, através dos projetos especiais de aumento da oferta de recursos sociais básicos e de incremento da infra-estrutura viária, tem contribuído, significativamente, para a redução dos desequilíbrios regionais existentes no País, atendendo aos objetivos nacionais de progresso e paz social.

O incremento das relações bilaterais tem trazido resultados positivos no combate às ações do narcotráfico e do contrabando, atividades ilícitas que ameaçam os interesses nacionais, tanto do Brasil quanto das nações vizinhas.

A cooperação internacional no combate a essas atividades, os acordos de cooperação técnica e a revitalização dos mecanismos do TCA estão trazendo uma melhoria nas relações brasileiras com os países vizinhos na Calha Norte. Desse modo, amplia-se



a possibilidade de, através de negociações pacíficas, eliminar quaisquer focos de tensões que venham a surgir com a humanização das áreas fronteiriças.

O adensamento e recuperação dos marcos limítrofes, feitos em bases bilaterais, consolidam os limites da soberania brasileira. Essa definição elimina, desde já, quaisquer futuras reivindicações por parte de outros países sobre áreas do território nacional.<sup>8</sup>

A maior presença das guarnições militares reduzirá, significativamente, ações ilícitas praticadas na área, evitando a evasão indiscriminada das riquezas nacionais. Ao mesmo tempo, fechará a linha fronteira a incursões de grupos guerrilheiros ao território brasileiro.

A redefinição da política indigenista e a conseqüente demarcação de terras indígenas irão eliminar focos de tensão altamente nocivos à segurança nacional. Ao mesmo tempo que protege as populações indígenas, inibe as pretensões de organismos interessados na criação de "nações indígenas" politicamente independentes.

A segurança da Amazônia e sua integração aos melhores padrões do País é tarefa que exige decisão, ímpeto, perseverança e patriotismo.

Somos nós, hoje, os responsáveis pela valorização e proteção de tão extensa área. Temos um compromisso

e um dever para com as futuras gerações, que é a de entregar-lhes, protegida e integrada ao território nacional, tão considerável parcela do norte do país.

O Projeto Calha Norte sintetiza todo esse compromisso e esse dever.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMANAQUE ABRIL. Rio de Janeiro, Editora Abril, 1990.
- AMAZÔNIA: o desafio do futuro. *Manchete*, Rio de Janeiro, Set 1989, 178 págs. Edição Especial.
- AMAZÔNIA: onde está a verdade. *Veja*, São Paulo, Jul 1989, págs. 60-109.
- BRASIL. Grupo de Trabalho Interministerial. *Exposição de Motivos n.º 770*, Brasília, 1985.
- BRASIL. Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional. Palestra realizada na Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 1989.
- BRASIL. Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. *Calha Norte. A Fronteira do Futuro*. Brasília, 1988.
- BRASIL. Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. *Calha Norte. A Fronteira do Futuro*. 2ª edição. Brasília, 1990.
- CASTRO, Thiago de. *Espaços Geográficos*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1985.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Brasília, 1988.
- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA — Manual Básico.
- GALVÃO, Eduardo Rodrigues. *Estudo de Problemas Brasileiros*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1988, págs. 129-154.
- GONÇALVES, Leônidas Pires. Palestra realizada na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 1989.
- IANOMÂMIS a morte de um povo. *Veja*, São Paulo, Set 1990, págs. 70-83.
- LUZ, Porto da. *Compreensão da Amazônia*. Palestra realizada na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 1990.
- MATTOS, Adherbal Meira. *O Interesse Nacio-*

8 Reivindicações muito comuns entre nações vizinhas, quando as fronteiras se tornam vivificadas ou quando se comprova a existência, em faixas limítrofes, de solos potencialmente ricos.



## PROJETO CALHA NORTE — IMPORTÂNCIA PARA A AMAZÔNIA E REFLEXOS NA SEGURANÇA NACIONAL

*nal e os Interesses Internacionais na Amazônia Brasileira.* Palestra realizada na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 1990.

— *Uma estratégia para a Amazônia.* Palestra realizada na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 1990.

MATTOS, Carlos de Meira. *Uma Geopolítica Pan-Amazônica.* Rio de Janeiro, Biblioteca

do Exército, 1980.

OLIVEIRA, João Roberto de. *Áreas de Fricção na América do Sul e seus Reflexos na Segurança e Harmonia do Subcontinente. A Defesa Nacional,* Rio de Janeiro, 731:137-174, Mai/Jun, 1987.

REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia e a Cobiça Internacional.* Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1982.



Tenente Coronel Art QEMA EVANDRO BARTHOLOMEI VIDAL — possui os cursos da Academia Militar das Agulhas Negras (1973), Formação de Observadores Aéreos (1975), Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (1982), Analista de Informações categoria "B" e Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (1991). É acadêmico de Direito. Atualmente chefia as 3ª e 4ª Seções da Artilharia Divisionária da 4ª Divisão de Exército — Pouso Alegre/MG.



*Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra*

### JORNAL DA ADESG

A Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra — **ADESG** fez circular, em agosto último, o primeiro número do seu "**JORNAL DA ADESG**". Órgão de publicação mensal, seus 25.000 exemplares iniciais visam permitir a divulgação dos trabalhos da **ADESG** em todo o Brasil, não somente em suas 27 Delegacias e 120 Câmaras de Vereadores, Associações Comerciais e Industriais, Universidades, Repartições Públicas e outros órgãos governamentais e privados. Dessa forma, a **ADESG** procurará demonstrar que está afinada com seus objetivos estatutários de preservar e projetar os valores morais e espirituais da nacionalidade.

Av. Pres. Antônio Carlos, 375 - sala 1201 a 1205 — Edifício Ministério da Fazenda — Tels.: (021) 262-6400 - 262-6501 - 262-7821 - 240-5573 - 240-0820  
CEP 20020 - Rio de Janeiro - RJ